

APRESENTAÇÃO

Como fruto da produção acadêmica voltada a análise dos pressupostos do Direito Empresarial e sua relação com a realidade social e sustentável, apresenta-se o volume 2, número 47 da Revista Jurídica, mantendo a intenção editorial proposta para fomentar o campo jurídico sob um enfoque humanístico.

Os obstáculos contemporâneos sugerem que os eixos editoriais contribuam diretamente para o aprofundamento das confecções de trabalhos que tenham um impacto no âmbito social. Desta forma, os 21 artigos aqui selecionados demonstram as preocupações que permeiam o campo jurídico, como um sistema aberto a receber influências interdisciplinares.

O artigo intitulado *Reflexões Sobre os Requisitos Legais da Ação Renovatória*, as Professoras Doutoras Ynes da Silva Félix e Valesca Raizer Borges Moschen constataam a tendência predominante da aferição rigorosa do cumprimento pelo locatário das condições impostas pelo legislador para o reconhecimento judicial do direito à renovação compulsória dos contratos locatícios

Em seguida, Prof. Dr. Luiz Eduardo Gunther realiza uma abordagem histórica e sociológica dos institutos da greve e das ações civis na esfera trabalhista com a finalidade de demonstrar as proteções das atividades individuais em *Strike, Law and the Right to Strike*.

Por intermédio de uma abordagem internacional, Américo José Baptista da Silva, Rúben Miguel da Silva Carvalho e António Pedro Gomes reveem o processo de desenvolvimento da subsidiária, explorando os fatores associados e interligados, atribuição da sede, escolhas da subsidiária e ambiente local.

Em *Direito Fundamental à Educação e Inclusão Social de Pessoas com Deficiência: uma análise crítica no caso do ensino superior*, o Prof. Dr. Anderson Vichinkeski Teixeira e Aquiles e Silva Maciel analisaram a regulação jurídica da inclusão social de pessoas com deficiência no ensino regular e problematizam a questão de acesso no ensino médio.

Confeccionado pelos Professores Doutores Sidney Guerra e Elizabeth Accioly, *O Instituto Jurídico do Refúgio à Luz do Direito Internacional e Alguns Desdobramentos na União Europeia* demonstra a necessidade de reavaliar o instituto do refúgio para possibilitar a reinstalação de refugiados na União Europeia.

A Prof. Dra. Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza e Hilariane Teixeira Ghilardi, em *Recursos Hídricos, Agropecuária e Sustentabilidade: desafios para uma visão ecológica do planeta*, analisam os impactos ambientais e socioeconômicos do consumo indiscriminado e contaminante da água, bem como, os desafios para alcançar a efetivação do princípio da sustentabilidade.

Em *Função Social e Solidária da Empresa: impactos na liberdade econômica versus benefícios no desenvolvimento nacional*, a Profa. Dra. Mariana Ribeiro Santiago e Elisângela Aparecida de Medeiros verificam o importante papel da empresa na Ordem Econômica e Social, demonstrando, a importância deste instituto no cenário nacional, vez que, como agente econômico, atua a serviço do desenvolvimento social e econômico.

Preocupados com as atuais limitações à publicidade e as possibilidades de eventos danosos à saúde do consumidor, o Prof. Dr. George André Lando e as graduandas Camila Ribeiro Bernado, Ellyne Henrique Cardoso Vasconcelos e Taciana Vilela de Carvalho, em *Diferenças Entre a Publicidade das Bebidas Alcolólicas e do Cigarro: proporcionalidade aos efeitos danosos à saúde ou negligência estatal?*, expandem a discussão

para verificar as gravidades de tais produtos, caso incentivados pela propaganda.

Seguindo a intenção de abordagem interdisciplinar do direito empresarial, o artigo *Os Reflexos do Ambiente Institucional no Empreendedorismo*, assinado pela Profa. Dra. Renata Albuquerque Lima em parceria com Prof. Dr. Alexander Perazo Nunes de Carvalho e Msc. Átila de Alencar Araripe Magalhães analisam a influência da ambiência institucional sobre o empreendedorismo, observando a importância deste para o desenvolvimento da nação.

Já em *Intercâmbio de Informação Contra a Fraude e Evasão Fiscais*, a Profa. Dra. Luciana Grassano Melo verifica como o intercâmbio de informações, em um cenário internacional e globalizado, é o único meio de se atingir o fim de combater a erosão financeira dos orçamentos e dos sistemas fiscais dos mais diversos Estados soberanos.

Sob o enfoque dos direitos sociais e da representatividade política nacional, o Prof. Dr. Francisco Pedro Jucá e o Prof. Msc. Horácio Monteschio problematizam o cenário pluripartidário nacional em *A Crise Político Partidária Brasileira: fim das coligações para eleições proporcionais, adoção de cláusula de barreira e a eliminação de comissões provisórias, sugestões para verdadeira reforma política no Brasil*.

Por sua vez, *Colisão Entre os Princípios da Liberdade de Pensamento e Liberdade de Circulação: uma solução a partir da teoria dos princípios de Robert Alexy*, artigo escrito pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Simões de Tomaz, Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Moraes e Ana Maria de Andrade, intenciona a pesquisa para o âmbito epistemológico com o intuito de entender que é permitida a realização de manifestações lícitas em vias públicas, desde que estas ações não inviabilizem o fluxo de pessoas e veículos.

Questionando o cenário de judicialização, o Prof. Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto, Victor Hugo Lessa Pierre e Daniel Cabral em Almeida, em *Judicialização e Orçamento Brasileiro: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nos últimos 20 anos*, validaram a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade do orçamento público no Brasil por meio da análise da evolução dos posicionamentos registrados pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nos últimos 20 anos.

Já em *ICMS Ecológico: um desafio à sustentabilidade econômico ambiental no Amazonas*, o Prof. Dr. Valmir César Pozzetti e Jalil Fraxe Campos seguem a linha proposta de reavaliar o conceito de sustentabilidade e objetivam analisar a legislação do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o de maior representatividade econômica para os Estados e verificar se, através da extrafiscalidade, há possibilidade de utilizar esse imposto para alcançar a sustentabilidade econômica no Amazonas, gerando emprego e renda sem degradar o meio ambiente.

Prof. Dr. Henrique Ribeiro Cardoso e Pedro Ernesto Celestino Pascoal Sanjuan, em *A Relação entre a Função Socioambiental da Propriedade e os Direitos Humanos – o pagamento por serviços ambientais (PSA)*, propõem estabelecer o liame entre a função socioambiental da propriedade e os direitos humanos e a importância do PSA na sua efetivação e afirmação.

Na mesma linha de abordagem epistemológica das bases do campo jurídico, o Prof. Dr. Enoque Feitosa em *Forma Jurídica e Concretização: para uma ontologia do jurídico*, examina a distinção no interior do jurídico, entre forma e conteúdo, com o acento - nesse modo específico de regulação social, em sua conformação moderna - naquele primeiro elemento, isto é, na sua exteriorização enquanto forma.

Em *A Violação à Ordem Econômica na Constituição de 1988 e à Luz Antitruste no Exercício Disfuncional da Ação na Defesa da Propriedade Intelectual*, o Prof. Dr. Alexandre Walmott Borges, Andrey Lucas Macedo

Corrêa, Karina Almeida Guimarães Pinhão e Msc. Moacir Henrique Junior, buscaram verificar a figura do sham litigation frente à ordem econômica constitucional sedimentada pela Constituição Brasileira de 1988, refletindo sobre as possibilidades e debilidades da Constituição em proteger a ordem econômica e a sociedade dentro de seus respectivos Estados.

A Profa. Dra. Elisaide Trevisam, ainda sob o enfoque epistemológico, confeccionou *A Hermenêutica Intercultural como Processo para uma Convivência Ética e Responsável com as Diversidades* apresenta a hermenêutica intercultural como um dos processos fundamentais para a consideração dos nexos da existência a um nível intercultural, desenvolvendo, dentro dos ideais de um projeto de integração, a conexão de indivíduos e sociedades numa perspectiva de construção de identidades, onde o plural se encontre identificado numa humanidade singular.

Outrora, em *O Estado como Agente de Fomento no Atendimento da Função Social no Ambiente Urbano: a utilização de energias limpas em veículos automotivos*, o Prof. Dr. Fernando Gustavo Knoerr e Antônio Joelcio Stolte refletem acerca da importância de políticas públicas objetivando o controle de emissões de agentes poluidores no ar no ambiente urbano.

Sob um enfoque histórico e interdisciplinar, o Prof. Dr. Adriano Broleze, no artigo intitulado *Ius Gentium: o direito internacional em Francisco de Vitória*, verificou como este favoreceu a expansão qualitativa do conhecimento em Salamanca e, ainda, a união deste com a gênese do direito internacional e dos estados modernos.

Por fim, conseguindo salientar a intenção de abertura epistemológica proposta pela linha editorial, os Professores Doutores José Edmilson de Souza-Lima e Sandra Mara Maciel-Lima, no artigo *Contours of the Legal Knowledge: the scientific*, refletem acerca dos contornos do conhecimento jurídico e da cientificidade do campo, apoiando na análise bibliográfica de

autores específicos que contribuíram, diretamente, para o avanço epistemológico e metodológico do campo jurídico.

Desta forma, os artigos selecionados, cirurgicamente, demonstram a necessidade revalidar os pressupostos axiológicos e normativos que fundam o pensamento jurídico ocidental. Demonstra-se, portanto, a aproximação do Direito Empresarial com as percepções multidimensionais de sustentabilidade e cidadania capazes de ultrapassar barreiras sociais auto impostas.

VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

EDITORA